

Congresso insiste em manter privilégios

13 ABR 1986

ESTADO DE SÃO PAULO

Se o Executivo se adaptou mais depressa aos novos tempos, há ainda resistências no Congresso. No ano passado, vários deputados foram flagrados tocando piano, isto é, votando por colegas ausentes e garantindo a aprovação de leis e o recebimento indevido de jetons.

O escândalo foi grande e o senador José Fragelli e o deputado Ulysses Guimarães foram obrigados a ir à televisão defender o Congresso. Até hoje, as Mesas do Congresso não conseguiram resolver a questão do pagamento dos jetons a parlamentares que não comparecem às sessões. E, dificilmente, isso será resolvido este ano. Afinal, a campanha eleitoral já está nas ruas e, brevemente, o Legislativo entrará em recesso branco. Então, nada de importante será discutido ou votado.

Além do mais, ligado à questão dos jetons está o problema do Imposto de Renda. Os parlamentares só são taxados na parte fixa dos subsídios, ficando jetons e outros recursos fora do alcance do leão. Isso ocorre também com os militares e os magistrados. Deputados como Airton Soares, Mário Covas, Djalma Bom e Eduardo Matarazzo Suplicy confessavam-se, nesta semana, constrangidos com a demora na solução do problema. Mas isso só deverá ser resolvido agora depois de novembro. Mais seguramente, em 1987.

Os parlamentares continuam também viajando muito. Em dezembro do ano passado, o deputado Ulysses Guimarães encabeçou uma delegação que visitou a Coreia do Sul e China, que não são exatamente uma democracia segundo os padrões ocidentais. Depois, a comitiva esticou a viagem até Roma, para um merecido descanso.

As viagens e os convites para o Exterior são muitos. Anualmente, parlamentares de situação e oposição viajam para Nova York na qualidade de observadores do Congresso nas Assembléias-Gerais da ONU. Há, ainda, assembléias da União Interparlamentar Mundial, do Parlamento Latino e de uma prosaica União Interparlamentar de Turismo. O nome não deixa de ser sugestivo. Na sexta-feira, uma comitiva de deputados e senadores voltou de uma viagem ao México. E há os convites do Departamento de Estado, de organizações norte-americanas e, principalmente, de países árabes onde ou não há parlamento ou este é meramente decorativo.

COVAS

Voltando agora à Câmara (quando assumiu o mandato, logo se licenciou para ser prefeito de São Paulo), o deputado Mário Covas confessava-

se, esta semana, perplexo com Brasília e a sua corte.

Ele lembra que, até 1968, o Congresso não tinha metade das instalações e da sofisticação de que hoje dispõe. Covas lembra que os parlamentares redigiam seus discursos, requerimentos e pareceres, sentados na sala do café. "A Câmara — diz — terminava ali", indicando a sala do café. Não havia os túneis do tempo, escadas e passarelas rolantes ligando o plenário a distantes anexos onde cada parlamentar tem um gabinete.

Não havia também as mordomias. Covas ressaltava que o então vice-presidente Pedro Aleixo morava num apartamento, em cima do seu, não dispondo também de segurança. Também não havia muitas festas. O ponto de encontro dos políticos e dos burocratas era o hall do Hotel Nacional, onde se conversava, se conspirava e se bebia.

"Acho tudo isso meio gozado — salienta Covas. O Congresso cresceu em instalações físicas e conforto à medida que perdia suas prerrogativas constitucionais. Parece até que era uma forma do Congresso dizer que existia. Mas tudo isso foi consequência desses anos de regime militar, quando o poder não era transparente e não estava submetido ao julgamento popular. Aí, surgiram e cresceram as mordomias, os escân-

dalos, a corrupção e a violação dos direitos humanos. Vamos precisar mudar ainda muita coisa."

MENUDOS

Do outro lado do espectro ideológico do Congresso, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy confirma que muita coisa mudou, apesar de tudo. Recentemente, ao saber que seu cunhado, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, estava de novo de fora, foi visitá-lo. Encontrou-o jantando em casa, às 23 horas, em companhia de Maria da Conceição Tavares e dos menudos que fizeram o pacote econômico. Deviam estar costurando os últimos detalhes.

Mas a corte resiste e continua na moita. Há poucos dias, o Congresso aprovou um projeto de autoria do deputado Alcides Franciscato (lembra-se dele, lá em Madri, tentando desmentir o que dissera sobre o presidente Figueiredo?). A proposta concede aos ex-presidentes o direito de disporem de quatro seguranças e dois carros oficiais depois que deixarem o poder. Até agora, eles só tinham direito a uma pensão equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

O projeto foi encaminhado ao Palácio do Planalto, para a sanção ou o veto do presidente José Sarney. Aguardemos.